

Mentalidade lotérica

OCTAVIO GOUVÊA DE BULHÕES

O Brasil sempre manteve seu produto em crescimento, notadamente de 1968 a 1980. Em 1981, cessou de crescer. O ano passado, trouxe indícios de recuperação. As exportações que, em 1982, representavam 6% do produto nacional representam, em 1984, 12%. Tão considerável surto exportador irradiou-se pela economia do País. Impulsionou o produto nacional, trazendo a esperança do desenvolvimento em marcha, sem retrocessos, sem recessão, nem desemprego.

O declínio das exportações, ocorrido em 1982, a despeito dos estímulos fiscais e creditícios que lhes eram concedidos, advém da insistência em manter-se a depreciação externa do cruzeiro em nível inferior à depreciação interna. Ao verificar a inconveniência de prosseguir-se nessa política, nociva às exportações, decidiu o governo, em princípios de 1983, provocar a depreciação externa do cruzeiro além de sua depreciação interna. (v. tabela 1)

O contraste das desvalorizações realça o estímulo às exportações, bem aproveitada por nossos empresários, seja na área rural, seja na área urbana.

Ao lado altamente positivo do aumento das exportações, surgiram alguns aspectos negativos. O mais assinalante não consiste, como poderia parecer, no aumento dos preços dos produtos de importação e nos de exportação. O ponto crucial do aspecto negativo está no fato do aumento geral de preços constituir um processo cumulativo de sucessão de acréscimos, incorporando o acréscimo do endividamento, causa do aumento das despesas financeiras que, por seu turno, influem em nova rodada na elevação dos preços.

A correção monetária, ao elevar o montante do débito, aumenta os serviços da dívida, ou seja, as despesas financeiras das empresas. O forte endividamento exagera a proporção das despesas financeiras, superando de muito os demais componentes do dispêndio operacional. Reduz a lucratividade e esmorece a realização de novos investimentos. (V. tabelas 2 e 3).

Na área governamental, a correção monetária, ou seja, a incorporação no débito da trans-

ferência da inflação passada para o presente e do presente para o futuro, apresenta-se de maneira impressionante. (V. tabela 4).

Estamos envolvidos em um redemoinho alucinante: o aumento de preços do passado eleva o custo de produção do presente que, por seu turno, força nova elevação de preços no futuro. Nesse violento processo cumulativo da correção monetária desapareceu, em pouco tempo, a margem de vantagem concedida pelo governo, em março de 1983. (V. tabela 5).

Conquanto a expansão do acréscimo de preços tenha cessado de 1983 para 1984, o nível da taxa inflacionária mantém-se elevado, portanto acentuada a depreciação da taxa cambial. A equivalência da taxa de câmbio e da taxa inflacionária é indispensável para manter as exportações. Mas já não oferece estímulo e representa um enfraquecimento na obtenção de divisas. O encarecimento interno, transmitido ao Exterior pela equivalência das taxas, pode diminuir nossa capacidade de competir. Nova significativa desvalorização cambial, favorável ao nosso poder de competição, acarretaria, atualmente, uma sequência de aspectos negativos superior ao aspecto positivo. É preciso, pois, o urgente empenho de evitar novos aumentos de custo de produção que, resumidamente, significa suprimir a inflação.

Note-se que a desvalorização cambial de 1983 foi coadjuvada pela recuperação econômica dos Estados Unidos. Espera-se o prosseguimento dessa recuperação a um ritmo de menor aceleração e em ambiente de maior propensão à estabilidade dos preços. É um motivo adicional ao imperativo da preservação do valor do cruzeiro.

Alega-se, com razão, ser o déficit público a fonte originária da inflação. O governo avançou bastante no combate ao déficit. Eliminou o subsídio ao petróleo embora retarde o ajustamento dos preços. Pretende completar a eliminação do subsídio ao trigo. Suprimiu o subsídio ao crédito. Cortou despesas correntes e aplicações em investimentos. O orçamento do Tesouro, do exercício de 1985, registra um saldo de Cr\$ 10 trilhões e as despesas são fixadas com um acréscimo de 150%, na previsão do prosseguimento inflacionário. Ora, se o

governo, logo no início do exercício de 1985, tomar a decisão de não prosseguir com a inflação, parte apreciável da expansão de 150% das despesas pode ser excluída do dispêndio. Sendo a receita preponderante a do imposto de renda, com base na renda de 1984, é bem provável a possibilidade de completar a eliminação do déficit público e, portanto, extinguir-se a causa originária da inflação. Se, simultaneamente, fosse extinta a correção monetária, do presente para o futuro, ficaria assegurada a plenitude da supressão do déficit público, com suas ramificações nas empresas estatais e na Previdência Social.

Na hipótese acima formulada, não haveria necessidade de emitir novos títulos de crédito, em complemento à receita tributária. A dívida pública ficaria mantida em seu atual nível da subscrição e correção monetária. Haveria apenas substituições para atender aos resgates. Seria previsível a colocação adicional de Letras do Tesouro para absorver cruzeiros e retê-los no Banco Central, em relação aos saldos de exportação mantidos no exterior, no propósito de evitar sua influência inflacionária.

Eliminada a correção monetária com a eliminação da causa originária da inflação, os devedores ficariam aliviados de novos encargos de seus débitos e os credores teriam assegurados a integridade dos créditos, pela estabilidade monetária. O terreno estaria aplainado para uma prosperidade segura, sem riscos de retrocesso. Os obstáculos ao progresso teriam sido removidos.

Mas o ânimo de enfrentar obstáculos é pouco generalizado. Prevalece a tendência da expectativa de ocorrência dotadas do poder de afastar dificuldades, dispensando-nos do trabalho e da tenacidade de vencê-los. É a esperança da obtenção de melhorias com ânimo lotérico. Quando, por exemplo, caiu sobre nós o peso da abrupta elevação do preço do petróleo, ocorreram o amparo dos empréstimos externos, de fácil obtenção. Após algum tempo, percebemos a insegurança de um processo baseado em crescente endividamento, interno e externo. Os compromissos financeiros aumentavam e o valor da moeda ameaçava desvalorizar-se de maneira preocupante. Nos anos de 1977 e 1978, a expansão dos empréstimos declinou e conseguiu-se reter o prosseguimento da queda do cruzeiro. A medida restritiva envolvia esforços, energia, tenacidade, de modo a subordinar o desenvolvimento a um ambiente de menor indisciplina e maior esforço próprio. Durou pouco o apelo ao esforço próprio. Voltou-se ao espírito de ocorrências providenciais capazes de suportarem o endividamento e impedirem a intensificação da depreciação monetária. Nestas condições, continuamos a solicitar empréstimos no Exterior, a expandir o crédito no interior e a iludir a inflação com subsídios. Falhando a loteria, tivemos que enfrentar a realidade dos fatos. E nessa realidade o governo a vem enfrentando. Diga-se, ainda, a seu favor, que os empréstimos não foram dilapidados. Houve a preocupação de investi-los, em diferentes regiões do País. Estamos aptos a desenvolver uma economia sadiamente descentralizada. No passado, o processo concentrava-se na região Centro-Sul. Atualmente, estamos preparados para progredir entrelaçadamente, do Norte ao Sul.

Estamos conscientes da melhoria da distribuição da renda aliada à descentralização econômica e ao menor fluxo populacional. A multiplicidade de fontes geradoras de produção e a multiplicidade de iniciativas inovadoras contribuem mais para a melhoria generalizada do padrão de vida que a redistribuição de renda, política cuja tendência tem sido a de fortalecer o consumo e enfraquecer a capacidade produtiva, causa do declínio de vários países desenvolvidos.

Precisamente por ter havido notável orientação na difusão das fontes produtoras é que nos cumpre orientar a coordenação de seus resultados, através dos mercados de produtos, de serviços e de operações financeiras, isentas de distorções e desajustamentos, prejudiciais ao intercâmbio. Mas essa orientação coordenadora exige trabalho, pertinência, coragem, pois, antes de tudo, requer a extinção inflacionária. É a antítese da mentalidade lotérica.

Do que depreendo das afirmações divulgadas, prevejo que continuaremos a percorrer o caminho da expectativa de ocorrências providenciais. Aguardamos a sorte capaz de eliminar erros, sem que tenhamos o trabalho de convertê-los em acertos. Como dispomos de empresários do quilate de Eliezer Batista e Augusto Antunes ou, no setor monetário, encontramos Dirigentes Pastore, é possível que possamos apelar para a capacidade e a tenacidade dos homens, dando por encerrada a mentalidade lotérica.

(1) Variações Percentuais de dezembro ao mês assinalado

Anos	Índices de Preço	Taxa de Câmbio
1982		
Março	21,8	16,0
1983		
Março	27,9	64,0

FONTE: Conjuntura Econômica, Novembro de 1984, pág. 66 e 67.

(2) EMPRESAS (Bilhões de Cruzeiros)

Itens	Privadas			Estatais		
	1980	1981	1982	1980	1981	1982
a) Despesas Operacionais	2.114	5.309	10.579	703	1.677	4.816
b) Despesas Financeiras	686	2.304	4.519	480	1.181	3.601
c) b/a (%)	32,4	43,3	42,7	68,2	70,4	74,7

FONTE: Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas e Secretaria da Receita Federal.

(3) QUINHENTAS MAIORES EMPRESAS (Bilhões de Cruzeiros)

	1982	1983
a) Despesas Operacionais	8.009	24.192
b) Despesas Financeiras	3.779	18.344
c) b/a (%)	47,1	75,8

FONTE: Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas

(4) OBRIGAÇÕES DO TESOURO (Bilhões de Cruzeiros)

Anos	Subscrição	Serviço da Dívida			Receita Tributária Federal
		Correção Monetária	Juros	Total	
Dezembro 1980	374	206	7	213	949
1982	2.856	3.453	39	3.492	3.604
Setembro 1984	13.954	45.249	708	45.757	22.360

FONTE: Boletim do Banco Central, Fevereiro de 1984, pags. 232 e 206. Informativo Mensal do Banco Central, Outubro de 1984, pág. 41. Secretaria da Receita Federal, Análise da Arrecadação, Setembro de 1984, pg. 3

(5) DEPRECIÇÃO DO CRUZEIRO (Variações percentuais de dezembro ao mês assinalado)

	Depreciação Interna	Depreciação Externa	Diferença Percentual da Taxa de Câmbio sobre os Índices
	Índices de Preço	Taxas de Câmbio	
1983			
Março	27,9	64,0	129
Abril	39,6	77,4	95
Setembro	135,4	219,8	32
Outubro	166,6	254,8	34
1984			
Setembro	136,9	136,7	0
Outubro	166,6	166,5	0

FONTE: Conjuntura Econômica, novembro de 1984, págs. 66 e 67